

**A “FALÊNCIA DAS ELITES” A PARTIR DO “SUBMUNDO DA SOCIEDADE”:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO BINÁRIO SOBRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA
LITERATURA DE ADELAIDE CARRARO**

Adriana Fraga Vieira¹

Resumo: Este artigo busca pensar os binarismos e a interseccionalidade de três categorias – raça, classe e gênero nas composições literárias de Adelaide Carraro, a partir das contribuições do pensamento decolonial. Raça, classe e gênero são apresentados aos leitores como constitutivos de um mundo de opostos com fronteiras fortemente definidas e hierarquizadas. Nas extremidades sociais vemos a pobreza e a riqueza contrastando-se agressivamente e construindo-se discursivamente em torno da mobilidade social e dos valores de raça e de gênero. Mostrando-nos como a literatura pode ser um lugar privilegiado para se encontrar os legados discursivos trazidos pelo colonialismo europeu, que, na atualidade, transmuta-se para continuar encenando novas formas de assujeitar as subjetividades modernas.

Palavras-Chave: Literatura. Adelaide Carraro. Raça. Classe. Gênero.

ASPECTOS DO PENSAMENTO FEMINISTA SOBRE A (DES) COLONIALIDADE DO PODER

Historicamente a humanidade vem se construindo e se constituindo discursivamente em torno de categorias sociais e culturais tais como classe, gênero, raça. E a cada época valores são (re)definidos, fronteiras são interpostas, interdições e submissões aceitas ou recusadas em contínuas negociações que colocam o poder em questão. Com o contexto histórico do colonialismo inaugurado a partir de 1492 e a ascensão da modernidade e da ordem burguesa, situada no imperialismo do século XIX e estendida com novas nuances até nossos dias; as disputas em torno das relações de poder se tornaram ainda mais problemáticas na medida em que inseriram novos componentes na equação das desigualdades diversas: a questão da raça e do gênero. Não se tratava mais, ou não apenas, de relações de dominação e resistência entre identidades construídas a partir de diferenças outras, como religião, posição social ou aspectos culturais. Foi então e a partir daí que novas discursividades se instalaram,

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: adrianavcoan@gmail.com

realizando uma chave de leitura na qual as diferenças biológicas humanas passaram a ser vistas como diferenças culturais nas quais os juízos de valor atuavam para estabelecer hierarquias definidoras das relações de poder. Segundo Quijano (2005) o conceito de raça é uma “categoria mental da modernidade” que criou identidades sociais historicamente inexistentes até o início da experiência colonizadora, através da relação dialógica intercultural entre colonizador/colonizado produziu-se discursivamente uma identidade do ser “branco” em oposição ao ser “negro”, ser “índio” ou ser “mestiço”; e sobre a qual o pressuposto de inferioridade versus superioridade estava implicitamente implicado.

Atualmente vivemos em um tempo histórico posterior aos processos colonizadores e imperialistas. Assistimos as descolonizações de inúmeros países africanos e asiáticos no pós-segunda guerra mundial em relação ao imperialismo europeu; indicando que as décadas seguintes marcariam uma era pós-colonial, produtora de novas relações que em tese romperiam com os legados tenazes do colonialismo europeu. Uma era que no contexto dos anos 1980 passou a ser pensada por grupos de intelectuais vinculados a universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos, consolidando posturas críticas ao colonialismo e a naturalização de ideologias trazidas por essas experiências.

Esse novo tempo histórico foi designado de “pós-colonial”, denotando uma ruptura e uma superação aos processos anteriores trazidos pelo colonialismo. Pezzodipane (2013) estudou o pensamento de alguns dos intérpretes da era pós-colonial em relação aos pontos de convergência teórica. Concluiu que esses estudos ressignificaram algumas categorias de análise, rejeitando uma leitura do colonialismo a partir de categorias binárias como colonizador/colonizado, metrópole/colônia; e articularam novas propostas de pensamento na qual a experiência colonial é entendida a partir de relações entrecruzadas onde a transversalidade marca o confronto nesses encontros. Para os pensadores pós-coloniais o binarismo precisava ser superado, entendendo a colonialidade como uma relação dialógica de transculturação capaz de produzir subjetividades que criam deslocamentos e realinhamentos em relação às pluralidades culturais originais.

Para MacClintock (2010) o termo pós-colonial celebra prematuramente uma ruptura histórica dada como superada. O termo assim sugerido tende a ocultar a atualização das antigas relações coloniais no presente, as quais vêm se reinventando cada vez mais. O termo é ainda mais instável em relação às mulheres, embora muitas delas por viverem nas

democracias liberais possam se considerar pós-coloniais em relação à cultura do patriarcado que o colonialismo do século XIX tanto celebrou; essa condição oscilante e cambiável ainda precisa ser reafirmada cotidianamente pelo movimento feminista atual e pelas próprias mulheres desses países. Ademais, conquistas que lhes trouxeram o direito à participação política, ao corpo ou à sexualidade nem sempre produziram deslocamentos extensivos a outras questões, como a violência doméstica. A insubmissão das mulheres a uma cultura machista e misógina, pretenciosa na imposição de vontades, é uma das causas cotidianas de violação da liberdade individual e da dignidade humana feminina.

Nesse sentido as mulheres que vivem nas democracias liberais podem se considerar pós-coloniais? Questiona McClintock (2010). E o que dizer das mulheres que vivem em países onde a religião atravessa firmemente o gênero, a classe e a raça? Lugares onde a opressão funciona como um rolo compressor guiado pela dominação masculina e de classe, esmagando os direitos humanos mais elementares, sobretudo das mulheres. Desse ponto de vista, mesmo superado como modelo político, o colonialismo ainda é reencenado nas relações sociais dos países democráticos, acompanhando a modernidade trazida pelo progresso; criando mecanismos culturais de demarcação da posse, impondo autoritarismos, criando relações perniciosas de submissões e prostrações.

Ella Shohat (1992) também considera o termo pós-colonial semanticamente problemático por ser genérico, unificante e não situar as especificidades históricas e geográficas de cada experiência colonial. Se se considerarmos a complexidade do que foi o colonialismo e as relações que se desenvolveram em cada lugar afetado, então não é possível pensar que o termo “pós-colonial” possa ser usado nas definições da atualidade em suas variantes políticas, econômicas e sociais; que o termo seja capaz de dar conta de tantas multiplicidades e desdobramentos históricos produzidos pelo colonialismo.

Colocando-se em uma posição intermediária nesse debate, Stuart Hall (2003) concorda com algumas das rejeições interpostas ao termo por MacClintock (2010) e Shohat (1992), mas considera que todas as nações marcadas pela experiência da colonização são em alguma medida pós-coloniais, ainda que de formas distintas e desiguais. Pondera que o termo pós-colonial não tem a intenção de descrever este ou aquele processo colonizador, mas de realizar uma leitura mais global do fenômeno considerado por eles como transnacional e transcultural. Há que diferenciar o global do universal, trata-se antes, de entender como essas relações

chamadas de diaspóricas criaram deslocamentos sobre os significados atribuídos a noção de centro e periferia. Lembra-nos que foi o pensamento pós-colonial o primeiro a colocar em questão o aspecto relacional da experiência colonizadora, sugerindo que aquela foi uma experiência a afetar os dois lados em questão. Um pensamento que fez a revisão de binarismos e interpretações dicotômicas, ressaltando a importância das subjetividades. Nesse sentido, posicionando-se sobre a crítica ao universalismo do termo, sugere que pós-colonial pode ser usado de forma mais abrangente, na compreensão de padrões de mudanças operados nas relações globais ocorridas na transição do imperialismo para o pós-colonialismo (HALL, 2003).

O debate pós-colonial buscou pensar os legados do colonialismo a partir de um pensamento epistêmico europeu, estudos que se legitimaram em razão de um comprometimento com a discussão da colonialidade de forma dialógica e relacional; abrindo-se novas perspectivas para pensar a experiência colonial. Mesmo assim, a validade dessas epistemologias pós-coloniais como balizas teóricas possíveis para estudar os legados tenazes do colonialismo, foi visto com críticas e desconfianças pelos intelectuais do sul global (SANTOS, 2013). Até porque, como considera Mohanty ao se debruçar sobre uma série de estudos feministas do norte global acerca das mulheres do “terceiro mundo”, conclui que “sob os olhos do ocidente” realidades e experiências tão diversas e plurais de mulheres do “terceiro mundo”, foram apresentadas de forma universalizante e subordinativa aos ditames do patriarcado. De modo que as epistemologias vindas do norte global, mesmo a partir de uma visão dita feminista, acaba por construir o “outro/a” de forma colonizadora.

Em meio a esse debate, surge um movimento de renovação epistêmica no final da década de 1990, trazendo novos estudos comprometidos com as especificidades do contexto latino americano. Do grupo modernidade/colonialidade emergiu o pensamento chamado de decolonial, opondo-se ao pós-colonial; passou a pensar a colonialidade no lugar do colonialismo, considerando uma pluralidade epistêmica não vinculada ao norte global. Estudos que avançaram ao pensar os grupos oprimidos a partir da ferida do colonialismo, ou seja, da racialização das relações humanas em todos os níveis. E dedicando-se a pensar a experiência colonial da América Latina a partir das suas singularidades históricas próprias, que são anteriores e diferenciadas quando comparadas a outros espaços marcados pelo colonialismo europeu.

Se o colonialismo nos remete conceitualmente ao período histórico inaugurado no século XV, momento de interlocução das culturas situadas na tríade geográfica Europa/África/América; a colonialidade nos remete as formas contemporâneas do colonialismo, a extensividade de discursos e práticas geradas dentro de uma experiência histórica específica que estaria supostamente superada. A colonialidade ainda está presente no poder cultural da mídia, nas relações trabalhistas que geram remunerações desiguais com base no gênero e na raça, na imposição de teorias essencialistas e naturalizantes, em posturas xenóforas, misóginas, sexistas e preconceituosas, dentre tantas outras formas.

A colonialidade do poder, conceito criado por Aníbal Quijano (1992), sugere que os traços marcantes que caracterizaram o colonialismo na América Latina formaram-se a partir de binômios envolvendo relações racializadas de exploração/dominação entre colonizado/colonizador; relações articuladas em torno do controle do “trabalho e seus produtos” e “(...) de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005)”. A colonialidade do poder mantém os pressupostos hegemônicos eurocêntricos organizados a partir do eixo raça/trabalho, eixo que cria uma malha de articulação com outras categorias como gênero e classe (QUIJANO, 2005). Entretanto, a crítica feminista vinculada ao pensamento decolonial vêm se opondo a certas formulações esboçadas por Quijano (2005). Em primeiro lugar rejeita a concepção de raça como produtora de outras hierarquias, e critica Quijano (2005) por pensar a colonialidade do gênero dentro de uma perspectiva heteronormativa e biologizante, onde o gênero é definido em termos de sexo, de acesso reprodutivo à mulher. Ainda que Aníbal Quijano (2005) não use a palavra gênero, para pensadoras feministas como Maria Lugones (2014) e Rita Segatto (2012), a subjugação colonial também investiu com igual voracidade sobre as relações de gênero consideradas estranhas aos padrões normativos eurocêntricos. O colonialismo, portanto, criou relações racializadas e generificadas para estabelecer a divisão do trabalho e a posição social de cada um dentro do mundo colonial. Por isso a revisão teórica sobre o conceito e os significados possíveis da colonialidade do poder na atualidade deve ser pensada a partir da noção de interseccionalidade entre gênero/raça/trabalho. Na teia das relações transversais que se constituem, e que são por elas constituídas, identificamos a permanência das construções culturais trazidas pelo colonialismo europeu e sobre as quais o sistema de poder do capitalismo mundial ainda se apoia.

Raça, gênero e trabalho definem desse modo às formas pelas quais o colonialismo procura se perpetuar na atualidade através do controle do poder, do ser ou do saber. Para além das relações sociais, políticas e econômicas, podemos flagrar a colonialidade operando dentro e a partir de instituições como a família e a religião, sendo divulgada pela mídia, pela música ou pela literatura. Tanto a mídia, quanto a literatura, tornam-se instrumentos poderosos na manutenção de uma colonialidade do ser ou do saber, considerando a potencialidade global do alcance desses enunciados discursivos.

Desse modo, nas reflexões que se seguem, procuro refletir sobre a literatura de Adelaide Carraro (1928-1992) a partir das perspectivas teóricas trazidas pelo pensamento do giro decolonial. Discuto como essa literatura cria uma narrativa marcada pela continuidade de um discurso da colonialidade do poder, apresentada a partir de um mundo binário de representações sobre raça, classe e gênero. Entretanto, argumento que para além dos binarismos, vemos a interseccionalidade acontecer, e em certa medida, operar como um projeto de crítica política e social. Por meio das relações que se estabelecem abrem-se fendas, criam-se brechas capazes de pensar e atuar criticamente sobre o discurso da colonialidade; momentos em que subjetividades subversivas desejam a mudança social e se negam a ser colonizados/das pelo poder, pelo ser ou pelo saber.

A MÁQUINA BINÁRIA DE UMA ESCRITORA NA METRÓPOLE PAULISTA: DISCURSIVIDADES E INTERSECÇÕES (DES) CONSTRUINDO NORMATIVIDADES DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA.

Raça, classe, gênero, família, são categorias que atuam como demarcadores sociais a criar regras e interdições. Porém, as fronteiras não conseguem a fixidez esperada, já que as interdições interpostas podem ser moldadas subjetivamente pelas interlocuções entre as categorias, em uma relação dialética contínua, constituindo limites, realizando coerções e interposições, oferecendo concessões, estabelecendo permutas. Isso aponta para um entendimento de que “nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado (...)”(MCCLINTOCK, 2010)”, mesmo quando se apresenta discursivamente como um mundo de opostos, a exemplo da literatura de Adelaide Carraro.

Adelaide Carraro foi uma escritora brasileira polêmica, cuja obra em boa parte censurada pelo regime político civil militar, foi alvo da crítica literária de sua época; e também dos que se debruçaram a estudá-la na atualidade. Podemos afirmar criticamente,

concordando com Vieira (2010) e Caldas (2001), que a narrativa da escritora é um mundo binário de representações envolvendo gênero, classe, raça e família. Interessa-me, entretanto, ir além da crítica, precisamente rumo a uma direção que possa tornar inteligíveis as motivações de uma construção discursiva baseada em um pensamento binário do qual não acredito que a escritora fosse ingenuamente defensora. Por outro lado, também parto do pressuposto que podemos ver essas dicotomias em situações escorregadias dentro das categorias sociais, onde os códigos culturais rebelam-se e se tornam fugidios aos binarismos. Argumento que o mundo de opostos oferecido pela escritora não está imune às trocas relacionais, e abre-se para muitas interlocuções possíveis, momentos em que observamos a crítica política a esses legados acontecer.

A primeira impressão, a obra de Adelaide Carraro (1977), mostra-se ao leitor como um projeto literário ambíguo, na medida em que é construído e narrado a partir de dicotomias de gênero, classe e raça. Para McClintock (2010), dicotomias sancionadas historicamente como eu/outro, colonial/pós-colonial, dominação/resistência etc., não são adequadas para pensar os “legados tenazes do imperialismo” ou mesmo como estratégia de oposição a ele. Acredita que “(...) tais dicotomias correm o risco de simplesmente inverter, mais que superar, as noções dominantes do poder. Mesmo concordando com MacClintock (2010), conjecturo aqui, como veremos mais adiante, que as dicotomias eram escritas com um propósito discursivo direcionado para a crítica política. Antes, porém, acompanho curiosamente, a partir de uma visão panorâmica, como a escritora Adelaide Carraro organiza e constrói suas polarizações, cuja história pessoal é assim descrita pelo cartunista Jaguar ao entrevistá-la para a revista d’O Pasquim em 1977:

23 livros publicados em 12 anos (11 apreendidos pela Censura), 5 processos, 18 prisões, dois milhões de exemplares vendidos. [...] uma mulher cuja vida parece um tango argentino: aos 4 anos, depois de ver seu pai assassinado, foi internada num asilo de órfãos, sendo espancada e passando fome e frio quase todos os dias. Saiu dali, tuberculosa, para um sanatório em Campos de Jordão. A tudo isso Adelaide sobreviveu, graças à sua energia vital e à sua incrível determinação. Só se entregou ao desespero – tomou veneno – depois que a Censura começou a persegui-la. Espero que os censores que estiverem lendo esta nota se sintam realizados (CARRARO, 2010,p.10).

A breve, mas bem sintetizada apresentação de Jaguar, mostra-nos como as experiências pessoais de Adelaide vão marcar profundamente a vida da escritora. As

experiências que ela viveu na infância e adolescência em orfanatos no período de Getúlio Vargas e depois, envolvendo-se na política do período Jânio Quadros; criaram subjetividades motivadoras de uma cruzada literária. Tornou-se escritora em 1963 e escrevia em média dois livros por ano, uma urgência e voracidade dedicada a temas fortes e polêmicos para a época e o momento político da ditadura civil-militar recém-instaurada em 1964. Sua obra é composta por 48 livros, alguns autobiográficos, a maioria romances nos quais afirmava serem uma mimese, recriação da realidade na obra literária, histórias recolhidas do cotidiano da capital de São Paulo.

Seus livros representam uma luta política contra o sistema de dominação de classe, raça e de gênero, uma luta que desde o início se apresentou como dicotômica, bem ao estilo marxista. Não, ela não leu Karl Marx, sua pequena instrução primária, a bagagem intelectual deficiente e a recorrência de temas envolvendo relações de gênero, eram alvos da crítica literária, comungando com os censores da ditadura que vetaram muitas de suas obras com a justificativa de serem pornográficas. Jaguar lhe perguntou, na entrevista acima citada, se não fora acusada de esquerdista por abordar insistentemente as questões sociais em seus livros, e de acordo com sua resposta, “os meus livros são reais, verdadeiros, é a verdade nua e crua, acho que nem é literatura o que eu escrevo. É denúncia, literatura de denúncia”(CARRARO,1977, p.10).

A insistência de um mundo polarizado na classe, na raça e no gênero denota uma intenção claramente política firmada na denúncia. Usou a literatura como arma e suas subjetividades pessoais como munição para revelar aos leitores uma realidade assentada em um mundo de opostos, realidade que para ela eram supostamente desconhecidas pela classe média brasileira, seu maior público leitor. Seria talvez por isso, que raramente essa parte da pirâmide social aparece em suas narrativas? A classe média era a interlocutora de Adelaide, para quem suas narrativas se dirigiam, e era a classe média que a escritora pretendia mostrar o que era o “*submundo*” e o que significava a “alta classe”; extremos que ela conheceu e que por isso mesmo lhe dava uma autoridade de fala perante os leitores. Vejamos então, nas reflexões que se seguem, uma apreciação panorâmica das bifurcações antagônicas que Adelaide constrói nesses enredos.

Pensar em classe na obra Adelaide (1977) é pensar personagens vivendo em um mundo de extremos. Fronteiras rígidas e aparentemente não cambiáveis definem dois polos

sociais – o da “alta classe” e o dos desfavorecidos, grupos intermediários dentro da pirâmide social capitalista são quase inexistentes. Apesar de utópica, a mobilidade social é um desejo permanente dos protagonistas que vivem no *submundo da sociedade*, posições intermediárias nunca surgem como proposta social alternativa. A concretização de qualquer forma de ascensão social passa pelo êxodo rural, as cidades natais dos personagens são descritas como lugares acanhados e desinteressantes; por isso rumam para São Paulo, a capital das oportunidades, onde nesse ponto de vista, a vida acontece. E quando a realidade social se apresenta, as cidades de origem, interioranas ou rurais voltam a ser adjetivadas em outros termos, passam a ser o mundo idílico do qual nunca deveriam ter saído.

Os personagens principais das tramas de Adelaide Carraro (1977) pertencem à classe dos desfavorecidos sociais, desclassificados da ordem urbana, relegados e esquecidos pelo poder estatal. Chegam a São Paulo de trem, vindo principalmente do interior do Estado, desembarcam na praça de luz e a partir dali passam a viver na periferia do capitalismo urbano da grande cidade paulista. A sobrevivência depende, em grande medida, da prática de atividades ilícitas como furtos, tráfico e prostituição feminina e masculina. No outro extremo da equação aparece a “alta classe” que, ao contrário, pratica a matemática da soma e da subtração, colecionam vitórias econômicas, somam lucros, acrescentam tráficos de influência política que se reverte em posições sociais de destaque na esfera social. Subtrai ou elimina opositores e críticos, quebra resistências interpostas em uma obsessão persistente pelo jogo do poder e riqueza econômica, seu produto final.

A materialidade da vida não é o único definidor que caracteriza a categoria classe na literatura adelaídiana. Atributos de caráter também aparecem relacionados a cada lado da equação. Nesse sentido, os desfavorecidos são ingênuos, honestos, bons..., mesmo quando trilham, e sempre trilham, caminhos socialmente indesejáveis, porque suas opções individuais são sempre suplantadas pela ideia do que vou chamar de “predestinação urbana”. Ou seja, a capital de São Paulo guarda um destino inevitável para todos aqueles que a procuram, a miséria, a subjugação individual e a criminalidade. A cidade é o lugar onde o poder estatal se alia com a “alta classe” disseminando injustiças sociais que oprime e paralisa as pessoas para a ação política e a transformação social individual. Engessados em um *modus vivendi* imposto pelo sistema capitalista que os amarra em uma camisa-de-força invisível, esses protagonistas vivem mergulhados em um mundo de opostos. No outro lado da polarização, a “alta classe”

recebe atributos de caráter que a tornam monstruosa, quase destituída de sua humanidade enquanto grupo social. Descritas como más, gananciosas, ardilosas e injustas, sobretudo insensíveis ao sofrimento alheio.

Segundo a lógica dicotômica de classe, os atributos de caráter aparecem ligados à aparência física, e nesse sentido, as protagonistas femininas pobres têm belezas incomparáveis. Mulheres que se assemelham a “estrelas de cinema” ou artistas de novelas recheiam os romances adelaidianos. Superlativos recorrem quase sempre ao desconunal, ao extraordinário em termos de atributos físicos. No caso dos homens, a masculinidade, virilidade e charme podem ser substitutos da beleza física recebendo uma valorização análoga. Há aqueles descritos como “deuses” ou “apolos”, de modo geral, estatura alta, braços fortes, viris, pênis grande etc. A falta de poder econômico, político e/ou social dos pobres urbanos é compensada pelos atributos físicos e de caráter valorizados culturalmente. A “alta classe”, ao contrário, tem atributos físicos deteriorados ou ocultados, como se a aparência exterior refletisse de algum modo o interior subjetivo. A classe rica, portanto, não pode ser bela e viril, ela é decadente. Exceções existem, podem aparecer quando a protagonista rica e má usa a beleza como arma de sedução para satisfazer seus caprichos, ou quando a heroína pobre se apaixona pelo protagonista rico; nesse caso, a beleza e/ou virilidade dele são usadas como ardis psicológicos de sedução para obter a virgindade da moça pobre. A virgindade é uma honra defendida com muita veemência pelas personagens femininas pobres (CARRARO, 1978).

Outro atributo de caráter a polarizar os dois grupos é a honra. A pobreza é sempre honesta e honrada, mesmo vivendo no *submundo* social nunca ultrapassa os limites simbólicos que caracterizam o estado de humanidade e que podem ser infringidos pelo ato de roubar e matar. Homens e mulheres honrados não roubam, não matam e defendem a virgindade, a sexualidade considerada sadia, a manutenção da família e do casamento. E aqui vemos que mesmo intencionando a crítica política em torno das categorias que se construíram a partir da colonialidade do poder, do ser ou do saber, a escritora escreve em uma posição de fala que positiva a manutenção de certas normatividades trazidas pelo colonialismo. Para Quijano (2005) e Lugones (2014), entre outros autores, raça e gênero só existem como categorias criadas com a modernidade colonial, categorias que trouxeram a imposição de um modo de ser e viver como únicos possíveis, essencializados a tal ponto que tornou difícil para

muitos, a exemplo de Adelaide (1977), despojar-se deles mesmo quando o que pretendem é a crítica política.

Prostituir-se ou vender tóxicos tornam-se atitudes necessárias à sobrevivência e que foram fomentadas pela ganância da “alta classe”, quando as escolhas individuais de cada um não foram respeitadas. Já a “alta classe” é portadora da desonra, a virgindade nunca aparece respeitada em sua natureza simbólica de pureza feminina, sempre violada em ações bestiais estimuladas pelo “desejo da carne”. Em nome da “carne” homens ricos destituídos de caráter e de valores mentem, e criam tramas para enredar moças pobres e ingênuas na busca obsessiva pela virgindade, quando não obtêm porque a honra é uma barreira de valor muitas vezes intransponível entre classe; violentam e estupram. Para a “alta classe” a virgindade é significada apenas como condição indispensável à realização de casamentos afins, envolvendo interesses econômicos e/ou políticos. A virgindade violada, nesses casos, pode colocar em xeque a manutenção dos *status quo* perante famílias do mesmo círculo social. A defesa da virgindade pela “alta classe” é sempre ligada à manutenção dos deslocamentos sociais e políticos realizados anteriormente a fim de manter o capital simbólico já conquistado.

Mesmo deteriorada, a “alta classe” é o lugar onde a felicidade material existe, satisfazendo as necessidades da “carne”, por isso os pobres urbanos desejam a ascensão social que acreditam estar na capital paulista. Vemos assim os protagonistas adelaidianos em um entre lugar de classe, ocupando uma posição oscilante e indeterminada ao negar a permanência em uma esfera social sempre relacionada ao crime e a injustiça. Nas reflexões seguintes, usaremos o livro *Submundo da Sociedade* como exemplar das reflexões até aqui sugeridas, mas aparecem em inúmeras outras obras já apontadas em na nota de rodapé neste artigo.

Em *Submundo da Sociedade*, o protagonista Zé, negro e pobre, crê ingenuamente que a “alta classe” vive em um conceito de família perfeita. Família para os desfavorecidos é um conceito abstrato, desconhecido, mesmo quando existe a existência física perceptível e próxima, isto é pai, mãe e irmãos convivendo juntos. O personagem Vítor explica a Zé que “mãe com espinha fora do lugar, irmã louca e pai bêbado, não é ter família (CARRARO, 1978,p.70)”. A presença da instituição família e as relações sociais que nela se desenrolam cotidianamente não são a garantia de possuí-la. Vítor não sabe o que significa família, mas

tem a certeza que não tem uma. Zé lhe apresenta uma referência de família que perpassa raça, classe e gênero, descreve a de “Seu Lucas”, patrão do pai que é “bonitão, alto, encorpado”. Ele casou-se “com uma linda moça da alta sociedade”, o “rosto deles é tão vermelho que parece uma maçã (CARRARO 1978, p.70)”. Se no imaginário infantil a maçã liga-se ao envenenamento da princesa Branca de Neve, na leitura da escritora, nos remete a uma tonalidade de pele muito clara que, ao se expor ao sol, adquire uma nuance avermelhada. A ruborização da face transparece timidez ou vergonha, a palidez – assombro ou medo. Em qualquer dos modos ostenta sensações e sentimentos que a maioria prefere ocultar de seus interlocutores, e que Zé, personagem adelaídiano não pode ostentar em razão de sua cor², tornando-o alienígena na ideia de raça ideal.

Assim é que vemos os personagens a aceitar que o “(...) corpo podia ser lido a partir das marcas da colonialidade que o situavam numa periferia exotizada e desmoralizada (PELÚCIO,2012, p. 398)”. Segundo Zé, “(...) eles não têm essa cor esverdeada como nós. Os cabelos deles tem brilho igual ao sol”. Na narrativa de vários romances, a cor verde, fora da natureza, é sempre relacionada à dejetos humanos como fezes, secreções nasais e vaginais. Outras matizes, no entanto, nos transportam para aquelas ligadas ao colonialismo, o amarelo remete ao sol e ao ouro, o branco a pureza e a origem europeia, longe de criar um mosaico cultural, as cores criam um sistema simbólico definidor de significantes que remetem a condição de classe, raça e família. E na qual o conceito de família só pode ser extensivo se houver a marca da branquitude. A família idealizada é nuclear, firmada na autoridade masculina e possui uma cor. Outros marcadores importantes ligados à classe completam a concepção de família. Ela vive ao estilo burguês, tem um modo de ser e de relacionar-se que parece alienígena aos pobres, segundo Zé, “eles vivem num mundo diferente da gente”. E os personagens aceitam essa chave de leitura porque se sentem subalternos em relação aos demarcadores sociais e culturais impostos pela colonialidade do poder, talvez de forma inconsciente, de acordo com as reflexões de Spivak (2010) para o caso da Índia.

Para viver no mundo ideal burguês, no caso dos personagens pobres, ou para satisfazer interesses, no caso dos personagens ricos; fronteiras binárias são quebradas e recompostas em novas configurações subjetivas. Desse modo, alguém como o personagem Zé, “negro, pobre e

² Exemplo, “Se Zé fosse branco, ela veria que ele empalidecia, avermelhava, esverdeava.” CARRARO, Adelaide, 1973, Op. Cit., p.171. “Se a pele preta pudesse se vestir de outra cor, Cris veria que Zé estava pálido com o rosto sem expressão (...)”. CARRARO, Adelaide, 1973, Op. Cit., p.154.

feio” torna-se o único homem capaz de satisfazer a libido sexual de uma mulher branca, rica e bonita como a personagem Cristina, atributos que tornava disponível a ela um leque de parceiros dentro de um universo masculino cujas referências simbólicas ligadas à classe e a raça preenchiam os requisitos binários culturalmente impostos pelo colonialidade do poder. Então percebemos que os binarismos não se sustentam na narrativa, já que para a trama se desenrolar a interseccionalidade deve acontecer. Nesse sentido, os códigos culturais ligados à raça e a classe tornam-se valores permeáveis às trocas dentro de uma rede de interesses diversos envolvendo os dois personagens. Para a protagonista tratava-se de uma satisfação sexual que os homens brancos eram incapazes de lhe dar, para Zé tratava-se de uma relação de gênero que lhe trazia a possibilidade de mobilidade social.

Surpreende-se aqui como a escritora inverte algumas das tradicionais assimetrias de gênero, evidenciando que as dicotomias, ainda que discursivamente fortes, são quebradas em momentos oportunos da narrativa. Muitas mulheres adalaidiana são mulheres empoderadas, a personagem Cristina não é exceção, o poder vem da riqueza e/ou beleza, mas principalmente de uma atitude de independência em relação ao universo masculino. Altivas, decididas e com a sexualidade exaltada e insatisfeita, essas personagens ferem a virilidade masculina e afrontam abertamente as regras do colonialismo patriarcal que impõe a submissão ao casamento e a maternidade como norma.

Mesmo criando um mundo binário na classe, raça e gênero, as tramas adalaidianas não tratam de um universo feminino unificado que responde a um poder masculino opressor, entre quem detém o poder versus quem não o detém. No livro “*O Túmulo que Chora*”, a personagem Zefa é branca, pobre e prostituta. Durante as seis vezes em que esteve grávida, posicionou-se a favor da maternidade e contra o aborto perante Margot e Marcus, personagens que praticam o lenocínio sobre ela e outras meninas. Zefa é sempre passiva à dominação imposta porque temerosa das ameaças e violências perpetradas por Margot e Marcus, mas mostra um empoderamento que não sentia capaz de possuir quando precisa sustentar a manutenção de cada nova gravidez até o fim, a despeito de todas as táticas dos agenciadores para submetê-la ao aborto.

Ainda que a narrativa mostre mulheres desempoderadas pelas diferenças biológicas ou condição social, nunca é uma posição dada como estabelecida, fechada; ao contrário, sempre negociáveis em situações locais e questões pontuais durante as interlocuções que colocam em

xeque as subjetividades moldadas, que tornam possíveis e negociáveis o lugar de cada um na relação. Se a escritora visse conscientemente o mundo como produto de relações binárias entre o forte e o fraco, o branco e o negro, o homem e a mulher, o rico e o pobre; não veríamos uma narrativa na qual os personagens tornam possíveis relações entrecruzadas que os conduzem a imersão ou submersão nos jogos de poder, independente de seu lugar na narrativa.

Personagens como Zé e Zefa, são exemplos onde a raça e a posição social contraria a regra binária na qual uma relação interétnica estável aparece como impensável, e que as diferenças biológicas em relação à cor da pele são impeditivos à mobilidade social; Zé e Zefa afirmam uma subjetividade desviante do fator binário construído discursivamente por uma “colonialidade do poder”. Sim, para Zé, classe e raça não eram fatores definidores das bases de uma relação conjugal feliz e harmônica, o problema estava em como o mundo social racista rotulava intersecções étnicas e sociais.

Para além dos binarismos, podemos compreender a narrativa adelaídiana como confrontos de relações transversais, como projeto político de denúncia voltado a atenção da classe média e a quem Adelaide Carraro sugeria novas subjetividades em torno das categorias sociais estabelecidas pelas regras da colonialidade do poder, do ser e do saber. Acredito que o binarismo da narrativa atendia a dupla função, por um lado mostrava à classe média brasileira como era viver nos polos da esfera social. Por outro, as dicotomias apresentadas de forma tão extrema intencionavam chocar, mudar e deslocar subjetividades em torno de questões que para a escritora eram de grande gravidade social. O binarismo, visto como arma discursiva torna-se uma máquina de luta política construída por uma escritora rotulada pelo regime militar de 1964, como pornográfica e imoral.

FONTES PRIMÁRIAS

CARRARO, Adelaide. “Patética entrevista com Adelaide Carraro – a escritora mais controversa do Brasil”. Rio de Janeiro:1977. *Revista d’o Pasquim*, nº 427, ano IX, de 08/09/1977.

CARRARO, Adelaide. **Submundo da Sociedade**. São Paulo: Global Editora, 1973. 4º edição. (Coleção Gama), p.114.

_____ **A Professora**. São Paulo: L.Oren, 1973.

_____ **Os amantes**. São Paulo: Global Editora, 1976. (coleção Gama).

_____ **A Adúltera (Porque traí meu marido?)**. São Paulo: L.Oren, 4º edição, 1978.



- _____. **O Amante da Condessa**. São Paulo: L.Oren, 1978; CARRARO.
_____. **Sexo Proibido**. São Paulo: Global Editora, 1978. (coleção GAMA).
_____. **Mulher Livre**. São Paulo: L.Oren, 3ª edição, 1979.
_____. **A Amante do Deputado**. São Paulo: L.Oren, 2ª edição, s/data. (1980).
_____. **A Marca do Adultério**. São Paulo: Global Editora, 1982. (coleção GAMA).
_____. **O Amante da Condessa**. São Paulo: L.Oren, 1978.
_____. **O Túmulo que Chora**. São Paulo: L.Oren, 3ª edição, 1978.

BIBLIOGRAFIA

- Caldas, Waldenyr. **A literatura da cultura de massa: uma análise sociológica**. São Paulo: Musa Editora, 2001.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liu Souik (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2010, p.27-34.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara-pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. Contemporânea – **Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, 2012, pp. 395-418.
- PEZZODIPANE, Rosane Vieira. Pós-colonial: a ruptura com a história única. **Revista Simbiótica**, Ufes, v.ún., n.3, junho/2013, p.87-97.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur. CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005. Pág. 117. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>> Acesso em 4 de jul. de 2017.
- _____. **“Colonialidad y Modernidad-Racionalidad”**. In: BONILLA, Heraclio. Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.
- SANTOS, Emanuelle. **O pós-colonial entre Norte e Sul: formulações teóricas, implicações políticas na batalha pela ‘arma da teoria’**. Configurações [Online], 12 | 2013,

posto online no dia 11 Novembro 2014. Disponível em:
<<http://configuracoes.revues.org/2077>> Acesso em 20 de mar. De 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro.** Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de Setembro de 2004.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Editora UFMG, Belo Horizonte.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.** In: E-cadernos CES, 2012; 18. In:
<https://eces.revues.org/1533>. Acesso em 13/06/2017.

SHOHAT, Ella. "**Notes on the "Post-Colonial"**". Source: Social Text, No. 31/32, Third World and Post-Colonial Issues, (1992), pp. 99-113 Published by: Duke University Press Stable. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/466220> Acesso em: 20 de Jul. de 2008.

VIEIRA, Pedro de Castro Amaral. **Meninas más, mulheres nuas – Adelaide Carraro e Casandra Rios no panorama literário brasileiro.** PUC /RJ, 2010.